



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009321-08.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente**
 Requerente: **MAGDA RITA DELLE DONE NEO**
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

MAGDA RITA DELLE DONE NEO, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Comum em face de Instituto Nacional do Seguro Social, também qualificado, alegando laborar como *técnica em radiologia* desde 01/11/2002, ficando exposta a produtos químicos cancerígenos, sendo que foi diagnosticada com *nódulo tireoidiano* e, por conta disso, está afastada do trabalho, recebendo benefício auxílio-doença do réu, de modo que pretende a conversão do auxílio-doença em auxílio-acidente, por entender seja de cunho ocupacional a doença que lhe acomete, desde 14/05/2010, data em que concedido, além da condenação do requerido no honorários advocatícios.

O réu contestou o pedido alegando não tenha a autora comprovado ser a incapacidade permanente e parcial ou, em caso de aposentadoria, incapacidade total, além do que não há nexo causal entre os nódulos glandulares que a autora apresenta, e a função por ela desempenhada, sendo óbvio apenas que não pode ficar exposta à radiação, razão pela qual já está recebendo o auxílio-doença previdenciário, enfatizando que a literatura médica especializada ensina que esses nódulos aparecem por força de alterações metabólicas e são mais frequentes em mulheres, concluindo pela improcedência da ação.

O processo foi instruído com prova pericial médica, sobre a qual manifestaram-se as partes.

É o relatório.

DECIDO.

A autora postula a conversão do auxílio-doença previdenciário em auxílio-acidente, mas o laudo pericial médico apontou que *não há estudos científicos que vinculem a exposição de radiação a formação de nódulos na tireoide* (sic. fls. 94). Enfatiza que *"90% dos nódulos de tireoide são benignos (não cancerosos). A causa da maioria dos nódulos benignos não é conhecida, mas eles são, muitas vezes, encontrados em membros de uma mesma família. Em âmbito mundial, a deficiência de iodo na dieta é uma causa muito comum de nódulos.*(sic fls. 93).

Ora, não está demonstrado o nexo causal, sendo certo que o mesmo não pode ser presumido: *"Não se admite a presunção da existência de nexo causal. Este deve*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ser real, comprovado" (cf. Apelação sem revisão nº 542.953-5/0, relator Desembargador Antônio Moliterno).

Ainda, sobre o tema:

*"O nexo de causalidade entre o trabalho e a moléstia de que é portador o obreiro **não deve ser presumido**; torna-se, assim, imprescindível prova concreta de que o trabalho tenha concorrido para a eclosão ou agravamento da doença, sem o que não se justifica a outorga de benefício acidentário"* (Ap. s/ Rev. 469.264 – 1ª Câmara – Rel. Juiz RENATO SATORELLI).

A ação é, portanto, improcedente, cumprindo à autora arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

P. R. I.

São Carlos, 26 de outubro de 2016.

Vilson Palaro Júnior
Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**